

ano 7 - n. 14 | julho/dezembro - 2020
Belo Horizonte | p. 1-230 | ISSN 2319-0795
R. Fórum de Ci. Crim. – RFCC

**Revista Fórum de
CIÊNCIAS CRIMINAIS**

RFCC

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA NACIONAL

Violência contra a mulher x violência de gênero e os mecanismos internacionais de proteção aos direitos das mulheres

Amanda Cabral Fidalgo	9
Introdução	9
1 A violência contra a mulher.....	10
1.1 Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Convenção da Mulher)	16
1.2 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)	18
Conclusão.....	20
Referências.....	21

O (ex)apenado e a dificuldade de inserção social pelo trabalho à luz da teoria dos sistemas

Alexandre Venícios Lopes de Miranda, Aurélia Carla Queiroga da Silva	23
1 Introdução	23
2 O crime.....	24
3 O estigma social.....	27
4 O paradoxo	29
5 O trabalho.....	30
6 A Teoria dos Sistemas	32
7 A conflagração dos sistemas.....	33
8 A homeostase do sistema.....	41
9 Considerações finais	43
Referências.....	44
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO – PESQUISA DE CAMPO (Direito - UERN)	46
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO – PESQUISA DE CAMPO (Direito - UERN)	48

A legitimação pelo contraditório na realização da perícia: a necessidade de oportunizar a nomeação de assistente técnico

Cássio Benvenutti de Castro	51
Introdução	51
1 O modelo constitucional de processo	54
1.1 O direito fundamental de provar.....	55
1.2 A igualdade como posições processuais equilibradas	57
1.3 O contraditório material como mais-valia da oportunidade	59
2 O movimento institucional para concretizar o modelo constitucional de processo	62
2.1 A gestão dos efeitos negativos ao patrimônio da parte: o processo como procedimento em contraditório	64
2.2 O Novo Código de Processo Civil e a Reforma do Código de Processo Penal como eixos monumentais da irradiação normativa determinada pela Constituição	70
2.3 O papel dos Tribunais Superiores e do Conselho Nacional de Justiça.....	72
Conclusão com um peso a mais	75
Referências.....	76

Lei Anticrime e o novo modelo de arquivamento do inquérito policial: o papel do Ministério Público na interpretação da norma e construção de uma política criminal mais racional

Flávio Eduardo Turessi	79
Introdução	79
1 Norma jurídica e seus conceitos fundamentais	82
1.1 O que é a norma penal?.....	86
1.2 Ciência penal global.....	89
2 O novo modelo de arquivamento na lei nº 13.964/2019	91
2.1 Natureza jurídica da promoção de arquivamento e a questão da coisa julgada.....	96
3 Racionalidade interna na tramitação das revisões de arquivamento	99
Considerações finais	101
Referências.....	102

O sistema prisional atual do Brasil e a situação do encarceramento feminino: uma questão que merece ser explorada

Hugo Marques da Silva, Laise Reis Silva Guedes, Marcelly Marques Honório Santos	105
Introdução	105
1 O contexto social e a criminalidade	106
2 A mulher e o sistema prisional	108
3 A maternidade e o sistema carcerário	110
Considerações finais	111
Referências	112

O combate à pornografia de vingança e a tutela penal da imagem no Brasil

Leonardo Estevam de Assis Zanini, Silvio Luiz Maciel	113
Introdução	113
1 Legitimidade e necessidade da intervenção penal para a proteção do direito à imagem	114
2 O consentimento do ofendido e o direito à imagem	118
3 O consentimento presumido.....	120
4 Tutela penal da imagem e o direito positivo brasileiro.....	121
4.1 A tutela penal da imagem da criança e do adolescente	122
4.2 Invasão de dispositivo informático	124
4.3 Tutela penal da imagem das pessoas portadoras de necessidades especiais	127
4.4 Registro não autorizado da intimidade sexual	128
4.5 A divulgação de cena de estupro, de sexo, de nudez ou de pornografia.....	129
Considerações finais	131
Referências.....	132

A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o *compliance* diante de situações de pandemia

Marcio Fernandes Fioravante da Silva	135
Introdução	135
1 O direito penal da pessoa jurídica e a situação de pandemia	136
2 A conveniência da responsabilidade penal da pessoa jurídica	138
3 O <i>compliance</i>	142
4 O <i>compliance</i> em situações de pandemia.....	144
5 O <i>compliance</i> e a culpabilidade da pessoa jurídica	146
Conclusão.....	152
Referências.....	153

O fracasso da guerra às drogas e os danos causados após o advento da Lei nº 11.343/06

Nei Antonio Nunes, Ricardo Lemos Thomé, Ana Carolina Robles Thomé	157
Introdução	157
1 Guerra às drogas e o impacto na população carcerária nacional	158
2 Legitimação da violência pelo Estado	163
3 O reforço da exclusão social e a seletividade da justiça penal	166
4 A não diferenciação da posição ocupada pelo agente na rede de tráfico	169
Conclusões	171
Referências	172

Dos tipos penais no contexto de pandemia de covid-19

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson	175
1 Das considerações iniciais	175
2 Do ressurgimento dos tipos penais de natureza sanitária esquecidos	179
2.1 Crime de epidemia	180
2.1.1 Do núcleo do tipo	180
2.1.2 Do elemento subjetivo do tipo	181
2.1.3 Do sujeito ativo e do sujeito passivo	181
2.1.4 Da consumação e da tentativa	181
2.1.5 Da classificação	181
2.1.5 Das penas	182
2.1.6 Algumas ponderações	183
2.2 Crime de infração de medida sanitária preventiva	184
2.2.1 Do núcleo do tipo	184
2.2.2 Do elemento subjetivo do tipo	185
2.2.3 Do sujeito ativo e do sujeito passivo	185
2.2.4 Da consumação e da tentativa	185
2.2.5 Da classificação	185
2.2.6 Das penas	185
2.2.7 Caso real	186
2.3 Omissão de notificação de doença	187
2.3.1 Do núcleo do tipo	187
2.3.2 Do elemento subjetivo do tipo	187
2.3.3 Do sujeito ativo e do sujeito passivo	187
2.3.4 Da consumação e da tentativa	187
2.3.5 Da classificação	188
2.3.6 Das penas	188
2.4 Da ação penal	188
3 Outros tipos penais	189
3.1 Desobediência	189
3.1.1 Do núcleo do tipo	189
3.1.2 Do elemento subjetivo do tipo	189
3.1.3 Do sujeito ativo e do sujeito passivo	190
3.1.4 Da consumação e da tentativa	190
3.1.5 Da classificação	190
3.1.6 Das penas	190
3.1.7 Da ação penal	191
3.1.8 Algumas ponderações	191
3.2 Perigo de contágio de moléstia grave	191
3.2.1 Do núcleo do tipo	192
3.2.2 Do elemento subjetivo do tipo	192
3.2.3 Do sujeito ativo e do sujeito passivo	193
3.2.4 Da consumação e da tentativa	194

3.2.5	Da classificação	194
3.2.6	Das penas	194
3.2.7	Da ação penal	194
3.2.8	Algumas ponderações	195
3.3	Charlatanismo	195
3.3.1	Do núcleo do tipo	195
3.3.2	Do elemento subjetivo do tipo	196
3.3.3	Do sujeito ativo e do sujeito passivo	196
3.3.4	Da consumação e da tentativa	196
3.3.5	Da classificação	196
3.3.6	Das penas	197
3.3.7	Da ação penal	197
3.3.8	Caso real	197
3.4	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais	198
3.4.1	Uma crítica inicial	198
3.4.2	Do núcleo do tipo	200
3.4.3	Do elemento subjetivo do tipo	200
3.4.4	Do sujeito ativo e do sujeito passivo	201
3.4.5	Da consumação e da tentativa	201
3.4.6	Da classificação	201
3.4.7	Das penas	201
3.4.8	Da ação penal	201
3.4.9	Caso real	202
4	Considerações finais	202
	Referências	204

O uso de dispositivos eletrônicos na fiscalização das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor causador de violência contra a mulher

Maurilucio Alves de Souza, Thais Roberta Vieira Santos da Silva	207
Introdução	207
1 Da violência doméstica contra a mulher	208
1.1 Violência doméstica e a Lei nº 11.340/06	210
1.2 Breve histórico do surgimento da Lei Maria da Penha	211
1.3 Maria da Penha Maia Fernandes	212
1.4 O surgimento da Lei nº 11.340/06	213
2 A ausência de fiscalização das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	215
2.1 Das medidas que obrigam o agressor	215
2.2 Do descumprimento da Medida Protetiva	217
2.3 Da ausência de fiscalização	217
3 Uso de dispositivos eletrônicos na fiscalização das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor causador de violência contra a mulher	219
3.1 Dispositivos para efetivação da fiscalização das medidas de afastamento do art 22 da Lei Maria da Penha	222
Considerações finais	225
Referências	226

Instruções para os autores..... 229